

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.559 - SP (2019/0205271-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCELO VICENTINI DE CAMPOS
ADVOGADO : MARCELO VICENTINI DE CAMPOS - SP260526
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MURILO MATHEUS MILANI DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

MURILO MATHEUS MILANI DA SILVA, paciente neste habeas corpus, alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2093715-04.2019.8.26.0000.

Na espécie, o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 180 do Código Penal. O flagrante foi convertido em segregação preventiva, haja vista a necessidade de se acautelarem os interesses da jurisdição penal.

Irresignada com o cárcere, a defesa impetrou prévio *mandamus* perante a Corte de origem, que lhe denegou a ordem, preservando a custódia provisória do réu.

Nas razões deste feito, sustenta o impetrante, resumidamente, o não preenchimento dos requisitos para a imposição da medida extrema elencados no art. 312 do Código de Processo Penal e a falta de fundamentação concreta do decreto prisional.

A defesa pleiteia, assim, ante a presença do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, a concessão da medida liminar, para que seja concedida liberdade provisória ao ora paciente.

Indeferida a medida liminar e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não conhecimento do feito.

Decido.

No que tange às razões que fundamentam a segregação

Superior Tribunal de Justiça

cautelar, destaco que o Juízo de primeiro grau entendeu-a necessária para garantir a ordem pública, dado o **risco de reiteração delitiva**, porquanto "**o acusado possui maus antecedentes e estava cumprindo pena restritivas de direitos**, não sendo desarrazoado imaginar que em liberdade possa tornar a praticar crimes" (fl. 94).

A esse respeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que **a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva** e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar. Ilustrativamente:

[...]

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, **em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o paciente é reincidente na prática delituosa**. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

4. Fixar o regime semiaberto e manter a prisão preventiva do paciente, negando-lhe o direito de apelar em liberdade, representa a imposição de um regime prisional mais gravoso do aquele que foi estabelecido na sentença condenatória, caso eles optem por exercer o direito constitucional ao duplo grau de jurisdição.

5. Assim sendo, considerando o regime inicial semiaberto imposto pela sentença, o paciente tem assegurado o direito inerente à modalidade intermediária, nos termos do enunciado n. 716 da Súmula do Supremo Tribunal Federal

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem parcialmente concedida de ofício, para determinar que o paciente aguarde o exaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias em estabelecimento prisional adequado ao regime fixado pelo Juízo sentenciante (o semiaberto), salvo se por outro motivo estiver preso (**HC n. 443.429/TO**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 25/4/2018, sublinhei).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem** no presente *writ*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

